



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –
CAMPUS SERRINHA**

ANTÔNIO MOACYR DE OLIVEIRA MOTA JUNIOR

**O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PNAE DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL**

**SERRINHA - BA
2023**

ANTÔNIO MOACYR DE OLIVEIRA MOTA JUNIOR

**O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PNAE DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano–Campus Serrinha, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Danilo Evangelista de Santana

**SERRINHA - BA
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecária Fabiana Arcanja dos Santos - CRB – 5^a / 1521

Mota Junior, Antônio Moacyr de Oliveira

M917a O acesso dos agricultores familiares ao PNAE das escolas municipais do Território do Sisal. /Antônio Moacyr de Oliveira Mota Junior; .- Serrinha, Ba, 2023.

41p.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha.

Orientador: Prof. Esp. Danilo Evangelista de Santana

1. Agricultura Familiar. 2. Merenda escolar. 3. PNAE.
4. Território do Sisal.b. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II. Santana, Danilo Evangelista de (Orient.). III. Título.

CDU: **630.981**

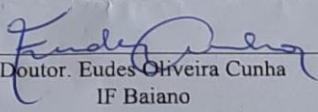
ANTÔNIO MOACYR DE OLIVEIRA MOTA JUNIOR

**O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PNAE DAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL**

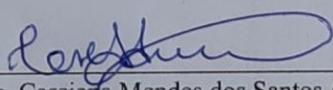
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-Campus Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 26 / 05 / 2023

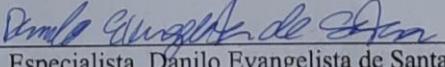
BANCA EXAMINADORA


Doutor. Eudes Oliveira Cunha

IF Baiano


Mestre. Cassiana Mendes dos Santos Almeida

IF Baiano


Especialista. Dânilo Evangelista de Santana

Orientador

SERRINHA- BA
2023

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”
Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao longo deste processo permitiu atingir os objetivos pretendidos, fornecendo forças durante a trajetória do curso.

Minha gratidão para minha mãe, Engracia Maria Brito de Oliveira, grato por conceber a minha vida e sempre incentivar a busca por novos conhecimentos, e ao meu pai Antônio Moacyr de Oliveira Mota, que forneceu um grande exemplo de vida e dignidade. Agradeço aos meus irmãos pelo suporte e incentivo dado constantemente durante a vida. Agradecimento especial para amigos e familiares, que fizeram parte do processo de encorajamento e apoio, propiciando as melhores fases da minha vida.

Agradeço imensamente ao Instituto Federal Baiano-Campus Serrinha, por ser um espaço que privilegia o conhecimento e onde todas as ideias são bem recebidas. Deixo também um agradecimento aos meus professores, em especial, a minha tutora Márcia Martins e ao meu orientador Danilo Evangelista, pois sem eles este Trabalho de Conclusão de Curso não teria sido possível.

Finalizo os meus agradecimentos as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada importante da minha vida.

MOTA JÚNIOR, Antônio Moacyr de Oliveira. **O acesso dos agricultores familiares ao PNAE das escolas municipais do Território do Sisal.** Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha, Serrinha, BA, 2023.

RESUMO

O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determina que seja repassado recursos via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Distrito Federal, Estados e Municípios realizarem a compra da merenda escolar, com destinação exclusiva de no mínimo 30% para obtenção de produtos oriundos da Agricultura Familiar. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar o acesso dos agricultores familiares ao PNAE das escolas municipais do Território do Sisal. Portanto, a pesquisa tem caráter exploratório, sendo utilizado o levantamento bibliográfico e documental. Assim, as análises dos textos e documentos foram considerados os pontos mais importantes para pesquisa mediante abordagem do conceito de Agricultura Familiar, sobre a sua relevância na economia e as principais dificuldades, sendo analisado também os aspectos relacionados ao PNAE, tais como: a identificação da origem do programa, relevância para educação brasileira e a relação deste programa com a Agricultura Familiar. O resultado indica que o Programa Nacional da Alimentação Escolar é importante instrumento para o escoamento dos produtos originados da Agricultura Familiar no Território do Sisal.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Merenda escolar; PNAE; Território do Sisal.

MOTA JÚNIOR, Antônio Moacyr de Oliveira. **The access of family farmers to the PNAE of municipal schools in the Sisal Territory.** Monography. Course Completion Work (Technology in Cooperative Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano – Campus Serrinha, Serrinha, BA, 2023.

ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) determines that resources be transferred via the National Fund for the Development of Education for the Federal District, States and Municipalities to purchase school lunches, with an exclusive allocation of at least 30% to obtaining products from the Family farming. So, the objective of this research is to analyze the access of family farmers to the PNAE of municipal schools in the Sisal Territory. Therefore, the research has an exploratory character, using bibliographical and documental survey. So, the analyzes of the texts and documents were considered the most important points for research by approaching the concept of Family Farming, its relevance in the economy and the main difficulties, also analyzing aspects related to the PNAE, such as: the identification of origin of the program, relevance for Brazilian education and the relationship of this program with Family Farming. The result indicates that the National School Feeding Program is an important instrument for the disposal of products originating from Family Farming in the Sisal Territory.

Keywords: Family farming; School lunch; PNAE; Sisal Territory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP - Declaração de aptidão ao PRONAF
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	11
2REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	13
2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	18
2.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	19
2.2.2 ASPECTOS DO PNAE	20
3METODOLOGIA	23
4RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
4.1 O acesso dos agricultores familiares ao PNAE no Território do Sisal	26
4.2 Perfil dos agricultores familiares do Território do Sisal	28
4.3 Dificuldades relacionadas aos agricultores familiares do Território do Sisal.....	32
5CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela Agricultura Familiar é recente, em virtude que sua importância obteve reconhecimento social por intermédio de dispositivos legais e via implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento deste modo de trabalho. Segundo Wanderley (2003), o conceito de Agricultura Familiar, está interligado a família, ao mesmo tempo, em que é proprietária dos meios de produção, é responsável também por assumir o trabalho no estabelecimento produtivo.

Nessa perspectiva, o Art. 3º da Lei nº 11.326/06 define como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Além disso, a Agricultura Familiar apresenta uma importante relevância na participação do Produto Interno Bruto Brasileiro, representando cerca de 77% dos estabelecimentos rurais, sendo responsável por 23% da produção agropecuária e por 67% da mão de obra ocupada (IBGE, 2017).

Nessa perspectiva, a atividade produtiva implementada pela Agricultura Familiar contribui na geração de alimentos e no abastecimento dos mercados, solidificando o trabalho familiar enquanto núcleo central das relações, através da manutenção de aspectos culturais, sociais e ambientais. Para desenvolver o cultivo da Agricultura Familiar na Região Sisaleira, o agricultor rural se depara com várias problemáticas, nas quais se fazem presentes no ambiente nordestino, com características predominantemente fortes, onde se perpetua um clima seco com elevada temperatura e grande irregularidade de chuvas (SANTOS; SILVA, 2021).

Segundo Velloso (2013), entre os territórios estabelecidos no estado da Bahia, a Região do Sisal é o que apresenta a menor renda per capita em relação aos demais territórios rurais com base nos dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando a vulnerabilidade das famílias em relação à renda, grande parte da população depende de transferências de recursos governamentais. Por outro lado, a população do Território do Sisal encontra-se na maioria nas zonas rurais, formando a identidade territorial baseada na Agricultura Familiar.

Dentro desse contexto da Agricultura Familiar, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável por garantir alimentos de qualidade nas escolas públicas, constituindo-se uma reserva mínima de 30% dos valores repassados aos estados e municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que deverão adquirir produtos oriundos da Agricultura Familiar, priorizando os assentamentos agrários, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (MALAGUTI, 2015).

Essa pesquisa buscou analisar o acesso da Agricultura Familiar ao PNAE das escolas municipais da Região do Sisal que abrangem cerca de 20 municípios: Serrinha, Tucano, Monte Santo, Conceição do Coité, Barrocas, Ichu, Candeal, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, Araci, Teofilândia, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Biritinga, São Domingos, Nordestina, Valente e Queimadas.

A Região Sisaleira está localizada no Nordeste Baiano. Apesar de ter um grande potencial na produção de alimentos, existem também diversos desafios, incluindo as condições climáticas, uma vez que, os índices pluviométricos são baixos em virtude das elevadas temperaturas. Dessa forma, o uso de novas alternativas são importantes para ajudar os agricultores, a exemplo, a captação de água da chuva, tecnologia que modernizou e facilitou a produção local (EMBRAPA, 2021).

Outra complexa divergência é o manejo inadequado do solo, mas diante dos tamanhos contrates, os agricultores familiares, via novas tecnologias e técnicas agrícolas, vem se adaptando a essas dificuldades com inovações. Para diminuir a ausência de chuvas fazem o uso de cisternas captando água das chuvas, e realizando novos manejos no solo com adubos naturais sem o uso de agrotóxicos, contribuindo com a preservação do meio ambiente e a sua sustentabilidade (SANTOS; SILVA, 2021).

Além disso, existem outros desafios a serem superados como: alocação adequada de investimentos na propriedade familiar, aumento da produtividade, padronização da produção, falta de apoio técnico, dificuldades de planejamento, dificuldade de entendimento do processo de compras institucionais, gerenciamento de custos e inovação das atividades para aumentar a qualidade dos produtos (DELGADO, 2017).

De acordo com Lima, Medeiros e Silva (2019), esses empecilhos demonstram as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para acessar o PNAE, sendo motivado também pela baixa quantidade de acesso dos mesmos ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, a pesquisa parte do seguinte questionamento: Qual o acesso dos agricultores familiares ao PNAE no Território do Sisal?

A pesquisa tem como objetivo analisar o acesso dos agricultores familiares ao PNAE no Território do Sisal, como objetivos específicos: a) identificar o acesso dos agricultores familiares ao PNAE da Região Sisaleira; b) descrever o perfil dos agricultores familiares do Território do Sisal; c) analisar as principais dificuldades destes agricultores. Tais objetivos foram considerados através do levantamento bibliográfico e documental, atrelado ao conceito de Agricultura Familiar e relacionado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Trata-se de um estudo exploratório, que busca compreender os fatores que estão vinculados ao acesso dos agricultores familiares ao PNAE mediante dados extraídos do FNDE e do IBGE.

Este trabalho contém cinco seções, além da introdução. Inicialmente, apresenta-se uma avaliação do contexto histórico atrelado a Agricultura Familiar, destacando a trajetória dentro do contexto brasileiro, assim como indicado os conceitos e os principais acontecimentos que favoreceram o reconhecimento deste modo de produção. Na segunda seção são discutidas o contexto histórico de surgimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, evidenciando os principais pontos sobre o processo de compra, desafios e importância no processo produtivo nacional. Na terceira e quarta seção é evidenciado a metodologia de pesquisa utilizada na análise de dados obtidos perante a base de dados do FNDE e IBGE. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais do trabalho, destacando as limitações e os principais resultados obtidos mediante a coleta de dados relacionados ao acesso do PNAE no território do Sisal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Familiar é importante para o setor econômico brasileiro, em termos de geração de postos de trabalhos, na produção e distribuição de alimentos, principalmente voltados para o autoconsumo. Além disso, existem uma focalização dos aspectos sociais e econômicos, especialmente como redutor do êxodo rural, constituindo uma fonte de recursos para famílias com baixa renda (GUILHOTO *ET AL.*, 2007). Nesse aspecto, a Agricultura Familiar fomenta e integra diversos setores produtivos, sendo um importante tema de debate político, acadêmico, social e econômico.

Além disso, a agricultura está cada vez mais fortalecida no estado da Bahia, com grandes potenciais na geração de emprego, mediante alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos. Por outro lado, podemos identificar também, que cada região e cada agricultor tem inúmeras dificuldades, que podem ser solucionadas, através da atuação de políticas públicas e do contato

com associações comunitárias que lutam pelos direitos aos cidadãos presentes no cenário rural (SANTOS, 2014).

Segundo Schneider (2006), a Agricultura Familiar é um fenômeno emergente, sendo reconhecido como uma forma de produção fruto dos movimentos sociais, políticos e intelectuais. A categoria de trabalho surgiu na década de 1990, especialmente em razão da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que lentamente deixou as movimentações de representação dos trabalhadores rurais, até o surgimento de entidades específicas voltadas para Agricultura Familiar, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Todavia, o reconhecimento somente ocorreu via criação do PRONAF, através do Decreto N° 1.946/96, conseguindo estabelecer a operação de políticas públicas destinadas especificamente para Agricultura Familiar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Avaliando o surgimento do PRONAF, as ações eram voltadas para fortalecimento da Agricultura Familiar mediante a concessão de crédito rural, fornecimento de subsídios na compra de sementes e na preparação de terras.

Segundo Savoldi e Cunha (2010), a legitimação da Agricultura Familiar é resultado das reivindicações dos trabalhadores rurais para melhorar a qualidade de vida e as condições de produção, diante das limitações inerentes a essa categoria. Assim, a Agricultura Familiar é observada como uma importante instituição familiar, marcada pelo exercício da atividade rural atrelada a terra. Entretanto, não podemos reduzir a Agricultura Familiar somente a dimensão econômica, em virtude das contribuições para mercado interno, existem outros aspectos relevantes para formação da estrutura social e da organização familiar rural.

Segundo Silva *et al.* (2015), os processos de mudança em relação ao tratamento da Agricultura Familiar refletiram na legislação, nas políticas públicas e nas pesquisas científicas relacionadas ao tema. A compreensão conceitual sobre Agricultura Familiar é crucial para distinguir este modo de produção agrícola em relação as outras atividades rurais.

Segundo Sampaio (2011), o conceito da Agricultura Familiar é utilizado com preponderância nas diversas correntes teóricas que abordam essa categoria de trabalhador rural. Contudo, nota-se que a utilização do termo é equivocada em virtude da associação com outras denominações, tais como camponês, agricultura de subsistência, baixa renda e entre outros. Portanto, a definição dos termos permite uma reflexão política para cada categoria de trabalhadores rurais, possibilitando a compreensão da complexidade teórica que cada termo carrega na própria definição conceitual.

Pasqualotto *et al.* (2019) destacam que, o campesinato foi criado numa sociedade periférica ao sistema capitalista, sendo a terra e a unidade familiar assumida como centro das relações sociais. O camponês é tido como aquele trabalhador que vive da agricultura de subsistência e que sua evolução natural buscou efetuar uma integração ao mercado, ocasionando o desaparecimento desta classe social enquanto categoria de trabalhadores rurais.

Segundo Abramovay (1997), a definição de pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência promove o julgamento prévio do desempenho econômico destas unidades produtivas, denotando a incapacidade de uma efetiva integração ao mercado. Assim, a definição das características básicas da Agricultura Familiar é fundamental para identificar e promover ações pautadas no desenvolvimento desta categoria de trabalho rural.

O universo da Agricultura Familiar constitui uma base produtiva heterogênea que buscou integração ao mercado capitalista, embora apresente algumas semelhanças com o modo de produção do agricultor camponês. Todavia, a própria dinâmica de produção e competitividade dessa categoria de trabalho é pautado na posse da terra, mediante utilização da mão-de-obra preponderante familiar e focalizada no resultado produtivo voltado para o mercado capitalista, não no sentido da obtenção do lucro, mas obviamente buscando melhoria na qualidade vida (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

O marco legal ocorreu mediante criação da Lei N° 11.326/06, Institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendedorismo familiar rural, apresentando os requisitos para enquadramento enquanto agricultor familiar, tais como: não detenha área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; utiliza predominantemente mão de obra familiar nas atividades produtivas; obtenha renda predominante das atividades produtivas vinculada ao estabelecimento rural familiar; dirija o estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

Nota-se que, o conceito determinado na forma legal constitui uma limitação em termos de dimensão da propriedade, assim como, centraliza as ações no núcleo familiar no aspecto produtivo e gerencial da atividade rural. Todavia, a legislação possibilitou a extensão dos benefícios para outras atividades específicas, por exemplo: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades quilombolas.

Mattei (2014) destaca que, apesar da diversa e heterogênea estrutura da produção interligada a Agricultura Familiar, o mercado rural ainda persiste na grande concentração de terra, ocasionando a exclusão social e pobreza estrutural. Além disso, a existência da concorrência com a agricultura patronal marcada pela produção baseada na monocultura, degradação ambiental e acúmulo de renda. O grande desafio para Agricultura Familiar é

desenvolver um modelo produtivo focado na biodiversidade, na valorização da família, inclusão de jovens e mulheres e a produção de alimentos destinados à segurança alimentar.

Baiardi e Alencar (2014) afirmam que, a trajetória da Agricultura Familiar apresentou diversos enfrentamentos, tanto na natureza e especificidade, que podem ser avaliadas com base na dimensão econômica e social. Assim, a políticas públicas são instrumentos utilizados pelo governo na tentativa de solucionar distorções dos fatores de produção e o desequilíbrio regionais.

Schneider (2003) enfatiza a importância na identificação adequada da Agricultura Familiar, o campo exige o reconhecimento da pluralidade e a identificação de aspectos econômicos e sociais, que tem como estrutura os membros familiares para operacionalização de diversas atividades no meio rural. Assim, o primeiro elemento é utilização da força produtiva predominante familiar, o segundo elemento consiste na capacidade em distinguir as atividades agropecuárias e industrial, o terceiro elemento colocar a família enquanto instituição central que norteará todo processo de tomada de decisão.

Numa análise geral, pode-se constatar que, apesar do esforço para promover o desenvolvimento rural no Brasil, diversas iniciativas não conseguiram atender os objetivos de forma plena, visto que, ainda persistem desigualdades regionais no meio rural, alta concentração de terras, escassez e insuficiência na infraestrutura (SANTOS, 2014). Em linhas gerais, o trabalhador rural requer uma observância específica para correta aplicação das políticas públicas, em decorrência das dificuldades atreladas ao próprio desenvolvimento operacional da comercialização dos produtos oriundos da força de trabalho.

Observamos também uma tentativa de representar as constantes mudanças nos aspectos produtivos e sociais que envolve a Agricultura Familiar, na esfera mercantil existem unidades produtivas que realizam um diversificado processo que inclui a geração da matéria-prima e o beneficiamento de produtos.

Em relação aos desafios atrelados a Agricultura Familiar estes são complexos, devido à necessidade de apoio governamental e empenho dos próprios agricultores familiares no desenvolvimento educacional. Assim, os agricultores familiares precisam adquirir oportunidades para aquisição de novos conhecimentos, favorecendo a aplicação técnica nas atividades agropecuárias, possibilitando a inovação e a melhoria da qualidade dos produtos (SANTOS, 2014).

Outro problema em termos conceituais consiste na definição do tamanho da propriedade rural para identificação da Agricultura Familiar tomando como base a Lei N° 11.326/06, que

limita o tamanho máximo de 4 módulos fiscais (BRASIL, 2006). Todavia, a Lei N°8.629/93 determina o tamanho das propriedades rurais no Brasil, o valor é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), porém existe uma variação de 5 a 110 hectares por cada módulo fiscal de acordo com cada município (INCRA, 2020).

Nessa perspectiva, Alan de Freitas *et al.* (2012), trazem uma abordagem territorial fornecida a Agricultura Familiar, sendo compreendida como um setor que necessita de intervenções do governo, enquanto operador das políticas públicas e requer um aparato institucional para fornecimento de suporte das ações nos territórios rurais. Contudo, o aspecto conceitual de Agricultura Familiar não pode desconsiderar os aspectos locais, nem expressar uma noção abstrata de desenvolvimento local, visto que, as características territoriais e o contexto social constituem elementos preponderantes para definir o desempenho da atuação de programas e das políticas públicas.

Segundo Silva *et al.* (2015), outro desafio na implementação das políticas públicas voltadas para Agricultura Familiar consiste nos empreendimentos coletivos, que enfrentam dificuldades na operacionalização para comercialização dos produtos. Assim, os agricultores precisam incorporar múltiplas capacidades gerenciais, que inclui o planejamento, organização, visão estratégica, padronização e homogeneização dos produtos e entre outras atividades direcionadas ao mercado.

Nota-se que, agricultura acompanha a evolução tecnológica mediante processo de automatização das atividades, mas pequenas propriedades rurais não conseguiram obter estes avanços das últimas décadas. Por outro lado, as tecnologias sociais transformaram o cenário de produção no campo permitindo uma maior velocidade, mediante técnicas de manuseio desenvolvidas pelos produtores. Como exemplo: reservatórios para armazenamento de água de chuva para a produção de alimentos, saneamento; energia e irrigação por gotejamento. Muitas iniciativas fortalecem a disseminação e o enraizamento da tecnologia social como base de políticas públicas voltadas para a necessidade concreta das populações. Embora haja investimentos mediante políticas públicas, ainda persistem as carências em termos de inovação para o fortalecimento da capacidade produtiva e de comercialização dos produtos advindos da Agricultura Familiar. Assim, a viabilidade econômica favorece a fixação do homem no campo, agrega maior segurança, qualidade e permite mais oferta de produtos, gerando a sustentabilidade agrícola de todo o setor (BITTENCOURT, 2018).

Quando observado a relevância da agricultura brasileira nos diferentes modos de produção, especialmente a Agricultura Familiar, existem representações desta classe de

trabalhadores rurais em diferentes regiões, sendo a importância associada as contribuições materiais e imateriais (NASCIMENTO, 2019). A Agricultura Familiar é reconhecida mundialmente pela relevância para o processo produtivo de alimentos, assim destaca:

A Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas destaca a Década da Agricultura Familiar de 2018 a 2029, chamando atenção a esta categoria de produtores, desamparados e responsáveis por 80% dos alimentos produzidos no mundo. Observa-se que os setores públicos precisam priorizar e elaborar políticas públicas quanto às linhas de crédito para modernizar e fortalecer os pequenos produtores, viabilizar assistência técnica, acesso às tecnologias e incentivo às mulheres e aos jovens, para melhorar o seu nível de estudo, apoando-os na permanência no campo. Sem dúvida, a Agricultura Familiar é a atividade de produção essencial para alimentar a população mundial, bem como propiciar às futuras gerações, um meio ambiente preservado (BERTOLINI; PAULA FILHO; MENDONÇA, 2020, p.138)

Em termos de relevância da Agricultura Familiar, de acordo com dados do IBGE obtidos no Censo Agropecuário de 2017, cerca dos 77% dos estabelecimentos rurais foram classificados como da Agricultura Familiar, sendo responsáveis por 23% da produção, 67% da mão de obra, ocupando 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Outro dado relevante demonstra que houve um intenso avanço no número de estabelecimentos com acesso à internet, passando de 75 mil, em 2006, para 1.430.156 estabelecimentos em 2017 (IBGE, 2017).

A Agricultura Familiar cumpre um importante papel no fornecimento de diversos alimentos de qualidade, contribuindo significativamente no desempenho agregado das atividades agropecuárias (GUILHOTO *ET AL.*, 2007). Segundo o IBGE (2017), a Agricultura Familiar era responsável nas culturas permanentes por 48% do valor da produção de café e banana, nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Nesse contexto, outro importante destaque consiste na concentração da atividade econômica da região voltada para agropecuária, indústria e mineração. No entanto, a Agricultura Familiar é um importante elemento na produção rural, especialmente para o Território Sisaleiro que possui grandes potenciais na plantação de milho, feijão, acerola, laranja, limão, abacate, goiaba, manga e entre outros produtos (EMBRAPA, 2021).

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O resgate do contexto de surgimento do PNAE é fundamental para compreender a estrutura de funcionamento desta política pública destinada a atender estudantes da educação básica, jovens e adultos, por intermédio da complementação alimentar repassada por recursos financeiros da esfera pública federal.

2.2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com Silva (2014), a origem do programa ocorreu em meados da década de 1940, numa tentativa frustrada do governo federal em oferecer alimentação escolar em razão da indisponibilidade de recursos financeiros. Todavia, somente na década de 1950, o governo federal elaborou um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (denominado Conjuntura Alimentar), sob responsabilidade pública, visando fortalecer a alimentação escolar e minimizar o problema da nutrição no Brasil.

O governo federal mediante Decreto N°. 37.106/55, possibilitou a criação da Campanha de Merenda Escolar, tendo o objetivo de incentivar o acesso da alimentação no âmbito da escola, promover a valorização nutritiva da merenda e adotar ações direcionadas para o barateamento dos produtos destinados a esta finalidade (BRASIL, 1955). Nota-se que, a iniciativa de fornecer alimentação estava subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, tendo abrangência em todo território nacional, podendo firmar parcerias com entidades públicas ou privadas para operação da Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Apresentando outra denominação, o PNAE ganhou autonomia técnica e administrativa no âmbito do Ministério da Educação, conseguindo negociação internacional para captação de recursos destinados à execução do programa. Todavia, no final da década de 1960, houve o encerramento da cooperação entre o governo brasileiro e norte-americano para transferência de alimentos, possibilitando o processo de nacionalização da merenda escolar (ABREU, 2014). A partir disso, a falta de recursos financeiros para operar o programa exigiu novas modificações e delineamento de estratégias para atender as demandas escolares.

Somente em 1979, o governo utilizou a denominação Programa Nacional de Alimentação Escolar, sob responsabilidade de financiamento e gerenciamento do Ministério da Educação (MALAGUTI, 2015).

Segundo Spinelli e Canesqui (2002), o período entre 1965 e 1980, constitui uma consolidação do sistema de proteção social, possibilitando que o programa obtivesse abrangência nacional e gerência centralizada na Campanha Nacional de Alimentação Escolar, tendo autonomia técnica e administrativa até meados de 1981.

Avaliando a evolução do programa PNAE e, o surgimento em 1980, da Fundação de Assistência do Educando, a partir de 1983, o governo inicia o processo descentralização para aquisição dos itens alimentícios sob a responsabilidade dos municípios. Segundo Bonduki (2017), houve uma tímida adesão, alcançando apenas 184 municípios em 1988, quando a experiência foi extinta e as compras voltaram a ser centralizadas.

A aprovação da Constituição Federal de 1988, trouxe profundas modificações no gerenciamento do programa, visto que ficou assegurado o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental por intermédio de programa suplementar de alimentação a ser ofertado pelo governo federal, estadual e municipal (SILVA, 2014).

Segundo Malaguti (2015), o processo de descentralização ocorreu mediante a Lei N° 8.913/94, que possibilitou a celebração de convênios com municípios, estados e Distrito Federal. Todavia, a consolidação da descentralização ocorreu somente através da Lei N° 1.7834/98 e o gerenciamento do FNDE, sendo os recursos transferidos automaticamente, sem necessidade da celebração de convênios ou qualquer outro instrumento contratual, conferindo assim agilidade ao processo de aquisição das merendas escolares.

Segundo Seminotti (2021), a Medida Provisória N° 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP N° 1784/98), propiciou avanços ao PNAE. Dentre eles, destaca-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

2.2.2 ASPECTOS DO PNAE

A Lei N° 11.947 de 16 junho de 2009, dispõe sobre o atendimento escolar e expande o programa para toda rede pública de educação básica e garante pelo menos 30% dos repasses do FNDE para aquisição de produtos originados da Agricultura Familiar (BRASIL, 2009). Segundo Silva (2014), os produtos da Agricultura Familiar são constituídos por gêneros alimentícios, priorizando os alimentos orgânicos e agroecológicos, permitindo nos casos destes produtos especiais um acréscimo de 30% sobre os demais produtos convencionais, devendo as informações serem apresentadas de formas separadas no ato da proposta.

Nota-se que não existe uma relação de itens padrão ao nível nacional para serem comprados, sendo o processo de aquisição direta dos alimentos da Agricultura Familiar uma forma que possibilita agregação dos produtos e possibilita a desburocratização das compras, visto que não existe a necessidade da utilização da Lei Federal N° 8.666/93, que institui as normas para contratação pela administração pública. A contratação da alimentação escolar ocorre:

A aquisição dos recursos é separada em grupos de produtos perecíveis e não perecíveis, sendo determinado pela Lei n° 11.947/09 – PNAE, sendo que 30% das compras provenha diretamente da Agricultura Familiar, por meio do Edital de chamada pública e os 70% dos demais produtos por meio de processo licitatório (SANTOS; SILVA, 2021, p.12).

Segundo Silva (2014), o processo de aquisição dos produtos dos agricultores familiares destinados para merenda escolar promove a oferta da produção local, priorizando a qualidade do fornecimento e sem presença de atravessadores na cadeia produtiva. Assim, a inclusão dos agricultores familiares no fornecimento destes produtos viabiliza diversos benefícios como a preservação dos hábitos locais, geração de renda, estímulo a alimentação saudável e outros.

Em relação aos preços praticados no PNAE, os editais são formulados com base na pesquisa realizada nos mercados locais, especialmente, feiras de Agricultura Familiar. Caso, não exista a possibilidade em realizar o levantamento adequado dos preços destes produtos a serem adquiridos, a avaliação deve considerar na respectiva ordem os preços praticados nos mercados regionais, estaduais e nacionais (CHIESA *ET AL.*, 2020).

Segundo Gomes e Lunas (2018), em termo de abrangência, o PNAE constitui uma forma de mercado com acesso rápido e com pagamento regulares pelo fornecimento dos produtos. Enquanto ao fornecimento dos produtos, o PNAE possibilita que seja ofertado variados tipos de vegetais, frutas, carnes e demais alimentos. Todavia, o produto deve respeitar as exigências nutricionais, as especificidades de cada região e as necessidades de alimentação de cada aluno.

O Conselho Federal de Nutricionistas publicou a Resolução N°465/10, que dispõe sobre as atribuições dos nutricionistas no atendimento do PNAE, destacam-se: realização de diagnóstico; planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar; acompanhar a aquisição dos alimentos e sua distribuição aos alunos, realizar teste de aceitabilidade dos produtos, realizar capacitação de recursos humanos, prezar pelo controle de qualidade higiênico-sanitário, realizar ações de educação alimentar e outras atividades (BRASIL, 2010).

De acordo com Santos e Silva (2021), o PNAE é executado com parceria com escolas, municípios, estados, distrito federal, Ministério da Educação, nutricionistas, instituições federais de ensino superior, conselheiros, estudantes, agricultores familiares, cooperativas, associações, sociedade civil, ministério público, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e outros autores.

Segundo Calasans e Santos (2013), em virtude do grande volume de recursos investidos na implementação do PNAE, assim como, os quantitativos de beneficiados anualmente demonstram a relevância para o desenvolvimento, aprendizagem e rendimento dos estudantes no âmbito educacional.

Em termos de abrangência de atendimento ao PNAE, conforme determinado na legislação brasileira federal, considera todos os estudantes devidamente matriculados na

educação básica dos entes governamentais, com base nos dados obtidos pelo censo escolar promovido pelo Ministério da Educação. A critério do FNDE são consideradas parte integrada da rede de ensino as creches, pré-escola, escola indígena e quilombolas, ensino fundamental, ensino médio, ensino médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, educação de jovens e adultos, ensino integral e educação especial. Além disso, a legislação permite também a participação de creches, pré-escolas e escolas municipais de ensino fundamental e médico conveniadas com estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2009).

Em relação à dimensão do volume de investimento no PNAE em 2019, foram repassados ao nível nacional o total de R\$ 3,97 bilhões de reais, representando cerca de 50 milhões de refeições diárias, sendo totalizado mais de 10 bilhões de refeições no período letivo. Em termos de atendimento, o programa conseguiu atingir 40 milhões de estudantes em toda rede pública (BRASIL, 2019).

Segundo Gregolin *et al.* (2018), o PNAE tem reconhecimento mundial, servindo como importante instrumento na execução de políticas públicas destinadas a garantir a segurança alimentar dos estudantes. Existem estudos que indicam que a proporção de estudantes atendidos no decorrer dos anos tem aumentado significativamente, a cobertura passou em 1995 de 33,2 milhões estudantes atendidos para 41,5 milhões em 2015.

Enquanto ao acesso dos agricultores familiares ao PNAE, o agricultor deve ser reconhecido por meio da declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), este documento permite o acesso das políticas públicas por pessoas físicas e organizações representadas por pessoas jurídicas (SEMINOTTI, 2021). Em complementação, destaco que, o acesso ao PNAE, pode ocorrer por pessoa física, grupos informais devidamente reconhecidos como agricultores familiares ou por intermédio de grupos formais, a exemplo de cooperativas e associações.

De acordo com Dias e Amorim Junior (2015), existe um conflito entre os modos de organização da produção da Agricultura Familiar e as exigências para acesso operacional dos contratos firmados por intermédio do PNAE. A manutenção no fornecimento dos produtos com padrão de qualidade necessário para atendimento do programa, impõe uma enorme capacidade gerencial em atendimentos das normas técnicas.

Segundo Malaguti (2015), a abrangência territorial dos diferentes entes federados (estados, distrito federal e municípios) amplia as diferenças na implementação do PNAE em ordem econômica, social e cultural. Além disso, existem muitas dificuldades para participação dos agricultores familiares, diversos estudos demonstram a necessidade no aperfeiçoamento do

processo de acesso a esta política pública, que compreende as etapas, tais como: formulação do orçamento, articulação social, elaboração do cardápio, pesquisa de preço, publicação da chamada pública, recebimento dos projetos de vendas, seleção da proposta de venda, coleta de amostra para verificar a qualidade, elaboração do contrato de fornecimento, entrega dos produtos e recebimentos dos pagamentos.

Segundo Chiesa *et al.* (2020), o acesso para realização de compras pelos agricultores familiares possibilita a estabilidade da atividade agrícola local, assegurando a circulação de dinheiro e estimulando a economia na região. O atendimento na execução plena do PNAE constitui interesse de toda sociedade, no intuito do possibilitar que o programa produza todos os efeitos esperados no fornecimento da merenda escolar do ensino público.

Existe uma notória dificuldade em relação ao acesso dos agricultores familiares no atendimento dos requisitos básicos do PNAE, especialmente, quando se trata da segurança alimentar dos estudantes, sendo necessário apresentar uma declaração de procedência dos produtos (os alimentos devem ser produzidos na região) e respeitar os aspectos nutricionais que estão interligados a qualidade da merenda escolar (GOMES; LUNAS, 2018).

De forma geral, o acesso dos agricultores familiares no processo de fornecimento da alimentação escolar no Brasil constituiu um marco histórico, representando uma unificação da política pública direcionada para promoção da sustentabilidade socioambiental, priorizando produtos de qualidade, que atenda os critérios de segurança exigidos para garantir uma alimentação segura dos estudantes. Além disso, o programa beneficia toda comunidade local, visto que respeita os hábitos alimentares de cada região, por gerar renda aos agricultores familiares e por constituir um sólido canal de distribuição de produtos (GREGOLIN *ET AL.*, 2018).

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste num bloco que integra o trabalho, tendo como finalidade apresentar a forma de investigação dos dados, evidenciando a estruturação da pesquisa, definindo de acordo a matéria examinada o grau de aprofundamento das informações (LAVILLE; DIONNE, 1999). Para alcançar os objetivos desse estudo, a pesquisa baseou-se nos seguintes métodos: exploratória, documental e bibliográfica.

A pesquisa é exploratória, tendo como delimitação o Território do Sisal situada no estado da Bahia. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória busca identificar uma visão geral

de um determinado fato, no intuito de possibilita o desenvolvimento de ideias e identificação de aspectos sobre o objeto de estudo.

Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza outras fontes secundárias, abrangendo todas as publicações denominadas de públicas em relação ao tema de estudo, possibilitando o contato direto entre o pesquisador e tudo que foi escrito sobre o objeto de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Pesquisa documental é uma forma de coleta de dados que consiste no levantamento de informações obtidas em banco de dados, relatórios, atas, fotos, filmes, vídeos, ofícios, editais e entre outros documentos de natureza primária. A finalidade é descrever e transcrever o conteúdo ou evidências, selecionando as informações conforme a proposta da pesquisa (LAVILLE; DIONNE, 1999).

A pesquisa documental consiste no levantamento de informações sobre a execução do PNAE, no Território do Sisal, considerando como horizonte de tempo os anos de 2015 até 2017, visto que foram os únicos dados públicos encontrados no site do FNDE. Os relatórios foram extraídos com informações sobre o repasse de verbas para execução do PNAE nas escolas municipais do Território do Sisal, possibilitando determinar o acesso dos agricultores familiares neste período, em termos de desempenho individual e geral.

Enquanto a pesquisa documental para descrição do perfil dos agricultores familiares no Território do Sisal, foram considerados os dados do Censo Agropecuário de 2017, disponibilizado pelo IBGE. Os elementos observados foram o sexo, idade, cor, condição da propriedade, nível de escolaridade e percentual de agricultores familiares por cidade.

Segundo Hoon (2013, apud NASCIMENTO *et al.*, 2019), a revisão sistemática dos dados coletados num levantamento bibliográfico busca obter informações convergentes e divergentes sobre o objeto de estudo. A pesquisa necessita seguir 5 etapas para coleta, sistematização e interpretação dos dados: estabelecimento dos critérios de inclusão, definição dos critérios de exclusão, localização das pesquisas relevantes, extração e codificação dos dados, por fim, síntese e discussão dos resultados.

Quanto a pesquisa bibliográfica para análise das dificuldades dos agricultores familiares do Território do Sisal, a pesquisa utilizou o levantamento de artigos científicos disponíveis nas plataformas listas as plataformas Scielo, Google Acadêmico e Periódicos da Capes. Tendo como elemento de pesquisa as palavras-chave: Agricultura Familiar, PNAE e Território do Sisal. A pesquisa considerou como horizonte de tempo os anos de 2015 e 2017, em razão da necessidade de alinhamento dos dados obtidos. Em seguida, houve uma verificação dos

conteúdos selecionados e a leitura para determinar a adesão dos textos com o problema proposto na pesquisa, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1: Banco de dados da seleção dos artigos – 2015-2017.

BASE DE DADOS	PALAVRAS-CHAVES	FILTROS	TEXTOS LOCALIZADOS	EXCLUIDOS APÓS A LEITURA	SELECIONADOS
GOOGLE ACADEMICO	Agricultura Familiar; PNAE; Território do Sisal.	Período de 2015-2017, linguagem portuguesa, artigos	66	56	10
SCIELO	Agricultura Familiar; PNAE; Território do Sisal.	Período de 2015-2017, linguagem portuguesa, artigos	0	0	0
PERIÓDICO CAPES	Agricultura Familiar; PNAE; Território do Sisal.	Período de 2015-2017, linguagem portuguesa, artigos	0	0	0
TOTAL			66	56	10

FONTE: Elaborada pelo autor, 2023.

No processo de seleção dos artigos, a pesquisa avaliou 66 trabalhos científicos, a partir das palavras-chave e do resumo, sendo selecionados 10 textos, sendo 56 textos excluídos em decorrência da falta de alinhamento com a proposta deste estudo, não serem artigos científicos e em razão da apresentação textual está em outro idioma diferente do português.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o IBGE (2017), o território possui uma população de 570.720 habitantes, entre eles 58.238 são agricultores familiares que são contemplados e contribuem direta e indiretamente para programas do governo, inclusive o PNAE. Além disso, destaca-se o cultivo do Sisal naquela região, uma vez que, durante 1960 criaram-se riquezas, através do trabalho em equipe, fortalecendo a comercialização para diversas regiões do Brasil.

O Território do Sisal ganhou destaque a partir da intensificação de políticas de desenvolvimento territorial realizada pelo governo da Bahia, através da criação dos Territórios de Identidade. Taís políticas são resultantes dos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) que manifestaram pelo reconhecimento daquele Território, através das alternativas de promoção do desenvolvimento social e econômico (SILVA, 2012).

Em relação aos desafios, destaca-se também as condições climáticas daquela região, uma vez que, os índices pluviométricos são baixos por conta de elevadas temperaturas. Dessa

forma, o uso de novas alternativas é importante para ajudar os pequenos agricultores, por exemplo, a captação de água da chuva, tecnologia que veio para modernizar e facilitar a produção do agricultor.

4.1 O acesso dos agricultores familiares ao PNAE no Território do Sisal

Os agricultores acessam ao PNAE de diferentes formas, a partir da identificação proveniente da declaração de aptidão ao PRONAF, possibilita o acesso para políticas públicas por meio de pessoas físicas, organizações de grupos informais e representantes por pessoas jurídicas. De acordo com Triches e Silvestri (2017), diversos desafios são encontrados em relação ao percentual dos 30% na aquisição de alimentos, por motivo dos agricultores não cumprirem com o percentual exigido.

Considerando as informações dispostas no site oficial do FNDE, entre os anos de 2015 e 2017, existem evidências que o processo de atualização do banco de dados ocorre de forma lenta, porém apresenta uma tendência de redução no prazo de atualização das informações. Quanto aos dados que avaliam a estrutura de participação na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar para o PNAE do território do Sisal, temos:

Tabela 1 - Repasse de recursos financeiros PNAE - Território do Sisal 2015 -2017

ANO	Valor transferido	Valor aquisições Agricultura Familiar	Percentual
2015	14.826.784,00	4.283.104,12	28,89%
2016	16.891.639,82	5.076.166,59	30,05%
2017	13.564.513,40	4.370.301,12	32,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no FNDE, 2023.

Os dados obtidos indicam a existência do repasse direto de recursos para aquisição de alimentos com agricultores familiares, observa-se que houve uma tendência positiva na participação dos agricultores familiares no território do Sisal entre 2015, 2016 e 2017. Os percentuais foram respectivamente 28,89%, 30,05% e 32,22%. Os valores indicam que, somente no ano de 2015, não houve o atendimento do percentual mínimo de 30% reservado para vendas destinadas aos agricultores familiares.

Souza (2014) explica que um dos motivos para não atendimento do percentual mínimo de 30% é decorrente das grandes dificuldades no acesso ao PNAE, ocasionado pela falta de conhecimento de uma parcela da população acerca do processo de chamada pública, influenciando significativamente o acesso ao programa. Outro ponto relevante é a questão da oferta e demanda, por conta de questões relacionadas ao clima e o tempo, irrigação, assistência

técnica e entre outros. Além disso, a complexidade que envolve a logística é outro agravante por conta da falta de infraestrutura, principalmente nas pequenas cidades.

Quando a pesquisa avaliou o desempenho individual dos municípios que integram o Território do Sisal (tabela 2), os dados apontam que houve uma melhoria no desempenho agregado do território do Sisal entre 2015, 2016 e 2017.

Tabela 2 - Percentual de atendimento ao PNAE - Território do Sisal 2015 -2017

Município	2015	2016	2017
Araci	43%	26%	29%
Barrocas	7%	-	27%
Biritinga	23%	24%	27%
Candeal	15%	35%	29%
Cansanção	22%	24%	23%
Conceição do Coité	33%	53%	14%
Ichu	29%	46%	53%
Itiúba	25%	19%	45%
Lamarão	34%	26%	43%
Monte Santo	40%	22%	32%
Nordestina	21%	24%	34%
Queimadas	29%	37%	28%
Quijingue	34%	33%	32%
Retirolândia	22%	31%	76%
Santa Luz	26%	35%	30%
São Domingos	36%	20%	43%
Serrinha	20%	36%	33%
Teofilândia	31%	22%	34%
Tucano	30%	31%	32%
Valente	44%	29%	17%
Total	28,89%	30,05%	32,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no FNDE, 2023.

No ano de 2015, 11 municípios não conseguiram atingir o percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de produtos da Agricultura Familiar, sendo as localidades de Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Nordestina, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz e Serrinha. No ano de 2016, a cidade de Barrocas não apresentou dados, de forma geral houve uma redução no quantitativo de municípios que não conseguiram atender ao percentual de 30% para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, representando um total de 10 cidades, sendo Araci, Biritinga, Cansanção, Ichu, Itiuba, Lamarão, Nordestina, São Domingos, Teofilândia e Valença. Em 2017, houve uma redução para 8 municípios que não conseguiram atender ao percentual de 30% para aquisição de produtos da Agricultura Familiar, sendo Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Cardeal da Silva, Queimadas e Valença.

Silva (2017), explica os motivos que justificam a existência de desempenho diferentes na execução das políticas públicas no Território do Sisal, entre as argumentações são destaque

os inúmeros agentes econômicos, políticos e sociais que reconfiguram e moldam a sociedade civil local. Entretanto, existe uma intensa atividade da sociedade civil neste território, porém constitui elemento insuficiente para modificar as diferenças dos indicadores de desempenho das políticas públicas nos municípios da região.

Os dados apontam que somente as cidades de Quijingue e Tucano apresentaram regularidade no atendimento ao percentual mínimo de 30% para fornecimento de produtos oriundos da Agricultura Familiar, no decorrer do período entre 2015 e 2017. Em linhas gerais, o percentual corresponde apenas 10% do quantitativo dos municípios que compõem o Território do Sisal.

Este bom desempenho, pode ter inúmeras explicações, a exemplo da utilização de tecnologias sociais e de apoio técnico na apresentação das propostas de venda ao PNAE. Conforme destaca Freitas Júnior *et al.* (2021), as atividades produzidas pelos agricultores familiares, quando utilizada as tecnologias sociais como um meio facilitador para agilizar a produção, notou-se que essa tecnologia trouxe avanços significativos principalmente no que diz respeito a técnica de produção e qualidade dos produtos.

Freitas Júnior *et al.* (2021) evidenciam muitas dessas tecnologias sociais estão sendo potencializadas, mediante iniciativas das cooperativas e associações, essas possuem um papel imprescindível em relação à comercialização dos produtos, uma vez que expande novos espaços, criando oportunidades para aqueles agricultores que precisam comercializar seus produtos.

Nota-se que os dados disponibilizados na plataforma da FNDE não descrevem em detalhes o perfil dos agricultores familiares que tiveram acesso ao PNAE, nem tampouco, apresenta a forma de acesso, tais como: agricultor familiar individual, agricultor familiar em grupo informal, cooperativas e associações.

Nessa perspectiva, as cooperativas e associações são importantes para apoiar e amparar os agricultores, dando total suporte aos contratos que na maioria das vezes possuem entraves burocráticos e jurídicos para permitir o acesso ao PNAE. Carlesso e Winck (2022) ressaltam que, muitas instituições optam por contratar profissionais em áreas específicas, aperfeiçoando seu quadro de funcionários, promovendo aptidão com as demandas de programas institucionais.

4.2 Perfil dos agricultores familiares do Território do Sisal

A definição do perfil do agricultor familiar do Território do Sisal é importante para compreender os desafios enfrentados no acesso ao PNAE. Segundo Anjos *et al.* (2022), o número de estabelecimentos agropecuários no estado da Bahia apresentou um aumento em

relação ao Censo agropecuário de 2006, quando registrava 761.528, passando para 762.848 em 2017. Contudo, o percentual de participação dos estabelecimentos da Agricultura Familiar apresentou uma pequena queda correspondente 77,8% deste total, revelando também que apenas 32,15% das áreas dos estabelecimentos agropecuários é ocupada pela Agricultura Familiar.

Tabela 3 – Percentual de estabelecimentos da Agricultura Familiar do Território do Sisal - 2017

Município	Nº ESTABELECIMENTOS	Nº ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	% ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
Araci	4779	3635	76%
Barrocas	1589	1091	69%
Biritinga	2577	2018	78%
Candeal	891	662	74%
Cansancao	3579	2937	82%
Cardeal da silva	171	110	64%
Conceicao do coite	5603	4282	76%
Ichu	514	375	73%
Itiuba	3432	3038	89%
Lamarao	1619	1131	70%
Nordestina	1107	931	84%
Queimadas	2311	1613	70%
Quijingue	4268	3557	83%
Retirolandia	1310	945	72%
Santaluz	2589	1943	75%
Sao domingos	842	639	76%
Serrinha	5841	3867	66%
Teofilandia	1961	1347	69%
Tucano	5007	4315	86%
Valente	1511	1191	79%
TOTAL	51.501	39.627	77%

Fonte: Adaptado pelo autor com base no IBGE, 2017.

A pesquisa realizou a consolidação dos dados do IBGE disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2017, sendo possível sintetizar o percentual de estabelecimentos da Agricultura Familiar no Território do Sisal, no total existem 39.627 estabelecimentos classificados como Agricultura Familiar, que corresponde 77% dos estabelecimentos agropecuários. Os cinco municípios que apresentam a maior participação de estabelecimentos atrelado a Agricultura Familiar são: Itiúba com 89%, Tucano tem 86%, Nordestina apresenta 84%, Quijingue possui 83% e Cansanção tem 82%.

Em termos de comparação entre os estabelecimentos, considerando o sexo dos agricultores familiares, nota-se a existência da predominância do sexo masculino que corresponde a total de 26.748 estabelecimento, representando 67,50%. No entanto, Lamarão é o único município que obteve a maior representação das mulheres, respectivamente 53,14%.

Tabela 4 – Percentual de estabelecimentos por sexo da Agricultura Familiar do Território do Sisal - 2017

CIDADES	Total de Agricultores familiares	Homens	% de homens	Mulheres	% de mulheres
ARACI	3635	2322	63,88%	1313	36,12%
BARROCAS	1091	632	57,93%	459	42,07%
BIRITINGA	2018	1177	58,33%	841	41,67%
CANDEAL	662	363	54,83%	299	45,17%
CANSANCAO	2937	2217	75,49%	720	24,51%
CARDEAL DA SILVA	110	63	57,27%	47	42,73%
CONCEICAO DO COITE	4282	2645	61,77%	1637	38,23%
ICHU	375	243	64,80%	132	35,20%
ITIUBA	3038	2265	74,56%	773	25,44%
LAMARAO	1131	530	46,86%	601	53,14%
NORDESTINA	931	654	70,25%	277	29,75%
QUEIMADAS	1613	1219	75,57%	394	24,43%
QUIJINGUE	3557	2731	76,78%	826	23,22%
RETIROLANDIA	945	693	73,33%	252	26,67%
SANTALUZ	1943	1449	74,58%	494	25,42%
SAO DOMINGOS	639	507	79,34%	132	20,66%
SERRINHA	3867	2009	51,95%	1858	48,05%
TEOFILANDIA	1347	878	65,18%	469	34,82%
TUCANO	4315	3274	75,87%	1041	24,13%
VALENTE	1191	877	73,64%	314	26,36%
TOTAL	39.627	26.748	67,50%	12.879	32,50%

Fonte: Adaptado pelo autor com base no IBGE, 2017.

Segundo Schmitz e Santos (2013), a Agricultura Familiar na própria natureza utiliza predominantemente mão de obra familiar nas atividades agropecuárias e equiparadas, no âmbito das propriedades, exigindo a participação de homem, mulher e filhos neste processo produtivo dos empreendimentos. Assim, o gerenciamento e a tomada de decisão são responsabilidades do chefe de família, sendo encarregado pelo financiamento, produção e distribuição dos produtos.

Em relação à formação humana, constitui um processo necessário para formação social, responsável, livre, capaz de refletir sobre suas atividades, autonomia para identificar e analisar as possibilidades de desenvolvimento enquanto agricultores familiares, especialmente, como

conseguir participar das políticas públicas (DEGGERONE; CENCI, 2018). No entanto, os dados obtidos a partir do Censo do IBGE 2017 indicam que 90,47% dos agricultores familiares ao menos tem o nível de escolaridade abaixo do ensino fundamental, sendo 28,01% nunca frequentaram uma escola, 20,75% tem alfabetização e apenas 0,76% possuem nível superior.

Tabela 5 – Nível de escolaridade dos estabelecimentos da Agricultura Familiar do Território do Sisal - 2017

Nível de escolaridade	Total	Homens	Mulheres
Nunca frequentou escola	11.099	7.933	3.166
Classe de alfabetização - CA	8.223	5.841	2.382
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	1.093	632	461
Antigo primário (elementar)	8.109	5.520	2.589
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	1.844	1.169	675
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	5.483	3.468	2.015
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	112	63	49
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	86	58	28
Regular de ensino médio ou 2º grau	3.069	1.750	1.319
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	170	98	72
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	39	19	20
Superior - graduação	289	187	102
Mestrado ou doutorado	11	10	1
Não se aplica	0	0	0
Total	39.627	26.748	12.879

Fonte: Adaptado pelo autor com base no IBGE, 2017.

Quanto a idade dos agricultores familiares do Território do Sisal cerca de 91,80% possui idade acima 35 anos, não houve distinções entre as idades dos agricultores quando avaliado o sexo, as mulheres apresentam 89,05% com idade acima de 35 anos e os homens possuem 93,12% com idade acima de 35 anos. De forma geral, nota-se um envelhecimento dos agricultores familiares no Território do Sisal, isso com base nos dados extraídos do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Enquanto ao apoio técnico fornecido aos agricultores familiares do Território do Sisal, os dados do Censo Agropecuário demonstram que 91,23% dos agricultores familiares não receberam nenhum tipo de apoio técnico para desenvolvimento das suas atividades. As cidades que receberam assistência técnica de forma significativa são: São Domingos com 35,68%, Valente teve 21,58%, Nordestina 21,48%, Queimadas 16,43% e Santa Luz 15,75% dos agricultores familiares receberam assistência técnica (IBGE, 2017).

Os resultados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017 ressalta a importância e o esforço de permanência dos agricultores familiares nos espaços rurais, demonstrando a capacidade de expansão das possibilidades na melhoria da produtividade, potencialização do mercado interno, melhoria da qualidade e diversidade dos produtos, manutenção e preservação da biodiversidade, exportação de produtos e manifestação da pluralidade social (MATTEI, 2014). Guilhoto *et al.* (2007) corroboram que, mesmo num contexto de adversidade e falta de capital, baixo nível de escolaridade, fragilidade em termos de assistência técnica, a agricultora família é extremamente importante para o desenvolvimento do Brasil.

4.3 Dificuldades relacionadas aos agricultores familiares do Território do Sisal

A análise bibliográfica utilizou as palavras-chave PNAE, Território do Sisal e agricultora familiar como parâmetro para inclusão, considerando os anos de 2015 até 2017. Quanto ao parâmetro utilizado com exclusão foram definidos com base na leitura do resumo e do conteúdo, foram somente selecionados artigos científicos que abordem sobre as dificuldades dos agricultores familiares do Território do Sisal, que esteja escrito em português.

Conforme verificado alguns artigos abordaram a importância do apoio técnico (T1; T6; T9 e T10), outros artigos destacam a dificuldade em promover a comercialização dos produtos (T2; T3), os textos que relatam a importância da igualdade de gênero (T4; T5 e T8) e o texto T9 apresenta os desafios na implementação da sustentabilidade.

A produção acadêmica sobre Agricultura Familiar brasileira apresenta um pensamento predominante econômico, não considera os distintos agentes produtivos e diferentes fatores que atuam em escalas diferentes ocasionando desequilíbrios sociais, econômicos, territoriais e regionais. Entre as distorções observadas, especialmente a alta concentração fundiária dos produtos não familiares, evidenciar a urgência na articulação de redes cooperativas de agricultores para ampliação das tecnologias sociais, equidade entre os trabalhadores, fomento a ampliação da comercialização e melhoria da qualidade dos produtos (BAIARDI; ALENCAR 2014).

Quadro 2 -Caracterização dos trabalhos selecionados.

Códigos	Autores	Título	Palavra-chave	Dificuldade	Conteúdo abordado
T1	Santos (2017)	O programa “uma terra e duas águas – p1+2” como instrumento político-pedagógico e social na promoção da segurança alimentar e nutricional.	Convivência com o semiárido. Segurança Alimentar. Água da Chuva.	Apoio técnico	Aborda sobre a segurança alimentar na cidade de Retirolândia, ressalta a importância do acompanhamento técnico para melhoria da qualidade e produtividade via tecnologias sociais.
T2	Ferreira e Simões (2017)	Economia solidária e comercialização institucional: O caso da UAC no município de Valente-Bahia	Economia solidária; PNAE; Comercialização institucional; EES.	Comercialização dos produtos	O artigo demonstra que o PNAE aumento a produtividade, mas existe uma dependência dos contratos municipais e dificuldade de criar novos canais de comercialização
T3	Martins <i>et al.</i> (2017)	Na trilha da gestão social da res publica: A experiência do armazém da Agricultura Familiar e da economia solidária no território do Sisal/Bahia	Economia solidária; Agricultura Familiar; Gestão pública; Armazém.	Comercialização dos produtos	Aborda sobre os desafios na distribuição dos produtos da Agricultura Familiar do Território do Sisal, destaca a importância do apoio público para viabilizar bons desempenho dos empreendimentos.
T4	Silva <i>et al.</i> (2017)	Acesso às políticas públicas por mulheres trabalhadoras rurais	Políticas Públicas; Mulher;	Participação feminina	O artigo aborda sobre o desafio da participação feminina no desenvolvimento da Agricultura Familiar no Território do Sisal.

		do município de Retirolândia-Ba	Trabalhadoras Rurais.		
T5	Silva <i>et al.</i> (2016)	Desenvolvimento territorial rural: uma análise da equidade de gênero no município de Conceição do Coité	Mulheres, território do sisal, políticas públicas.	Participação feminina	A pesquisa aborda sobre o desafio da participação feminina no desenvolvimento da Agricultura Familiar no Território do Sisal, especialmente, na cidade de Conceição de Coité. Apresentou a importância da disseminação de informações sobre os direitos, acesso aos programas sociais e apoio técnico.
T6	Caniello e Piraux (2015)	Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais PRONAT	-	Apoio técnico	Aborda sobre a importância da governança territorial para desenvolvimento integral dos municípios, relata a importância do nível educacional para estimular uma dinâmica ativa entre os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento territorial.
T7	Quiuqui <i>et al.</i> (2017)	A agroecologia como prática do saber.	Agroecologia, agronegócio, campesinato, grupos de produção.	Sustentabilidade dos empreendimentos	Aborda sobre os desafios em desenvolver um modelo sustentável de empreendimento atrelado a Agricultura Familiar baseado na agroecologia.
T8	Cunha Araújo e Magalhães Araújo (2016)	Decreto 8.163/2013 e suas contribuições para o cooperativismo solidário como	Decreto n. 8.163/2013. Cooperativismo. Mulher rural. Assentamentos.	Participação feminina	Aborda sobre a importância do cooperativismo e dos movimentos sociais para fortalecimento da Agricultura Familiar

		alternativa para a superação das migrações femininas nos assentamentos rurais da Região do Sisal	Agricultura Familiar.		no Território do Sisal, destaca a importância do desenvolvimento educacional para permanência no campo e diminuição da pobreza.
T9	Almeida e Azevedo (2016)	Programa mais gestão: novos horizontes para o curso de Tecnólogo de gestão de cooperativa da UFRB	Assessoria técnica de gestão. Programa Mais Gestão. Empreendimento Econômico Solidário.	Apoio técnico	Aborda sobre a dificuldade dos agricultores familiares realizem a gestão financeiras e tomar decisões administrativas sobre o empreendimento rural.
T10	Brito (2017)	Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula	Territórios rurais, política pública, participação social, desenvolvimento territorial, Agricultura Familiar.	Apoio técnico	Aborda as dificuldades dos territórios realizarem decisões públicas que favoreçam a participação social e o acesso as políticas públicas. Entre as dificuldades destacadas estão a estrutural, gerencial e financeira.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

No ponto de vista geral, os alimentos fornecidos nas escolas da Região do Sisal são provenientes da Agricultura Familiar, embora apresentem dificuldades no escoamento da produção conforme verificado nos textos T2 e T3. De acordo com Santos (2014), em diagnóstico realizado na região Sisaleira, os demais municípios do Território mostram uma presença de produtos industrializados e elaborados na alimentação escolar. Sendo assim, é notória a presença de instituições de alimentos e do comércio local no processo de licitação da alimentação escolar das cidades da Região do Sisal.

Em linhas gerais, existe uma perceptível diferença entre as cidades que constituem a base de dados do FNDE em relação ao processo de acesso ao PNAE, especialmente, em relação ao atendimento do percentual mínimo destinados aos agricultores familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar é relevante no espaço rural, sendo as políticas públicas direcionadas para estes trabalhadores um estímulo para continuidade e viabilidade deste segmento, demonstrando capacidade em abastecer os mercados, promover a sustentabilidade da biodiversidade e pela representação social para manutenção das comunidades rurais (PANZUTTI; MONTEIRO, 2015). A pesquisa demonstrou a existência do acesso dos agricultores familiares ao PNAE no Território do Sisal, os dados indicam melhoria no desempenho do acesso destes trabalhadores, mesmo diante das inúmeras dificuldades atrelado ao processo produtivo, organização e de comercialização.

Os dados observados indicam diferenças entre o desempenho dos municípios no acesso ao PNAE, assim como outros indicadores que revelam distorções locais, impactando no desempenho geral do Território do Sisal. Corroborando Silva (2017) destaca que, as políticas públicas estão ampliando relativamente as diferenças socioeconômicas e sociopolíticas entre municípios, embora defende a importância de um plano de desenvolvimento territorial.

A pesquisa apresenta como possibilidade de aprofundamento em futuros estudos, o delineamento do perfil dos participantes envolvidos no processo de aquisição dos produtos do PNAE, demarcação dos estabelecimentos de ensino atendidos pelo programa e coleta das percepções dos agricultores familiares em relação às dificuldades enfrentadas na operacionalização dos contratos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e uso do solo.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n.2, p. 73-78, 1997.
- ABREU, K. D. R. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
- ALAN DE FREITAS, Ferreira; ALAIR DE FREITAS, Ferreira; MINÁ DIAS, Marcelo. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas.** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 46(6):1575-97, nov./dez. 2012.
- ALMEIDA, A. C.; AZEVEDO, A. B. A. **Programa Mais Gestão: Novos Horizontes para o Curso de Tecnológico de Gestão de Cooperativas da UFRB.** In: I CIEPS CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2016, Feira de Santana. Livro de Resumos. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.
- ANJOS, E. G.; ROCHA, A. G. P.; SILVA, D. O. **O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no censo agropecuário 2017.** Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 8-31, 2022.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. **Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 52, p. 5045-5062, 2014.
- BERTOLINI, M.M.; PAULA FILHO, P. L.; MENDONÇA, SARASPATHY N. T. G. DE. CAPÍTULO 10: **A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE.** In: Anny Kelly Vasconcelos, João Pedro Ferreira, Regiane Ribeiro dos Santos, (org.). (Org.). Ciência, tecnologia e inovação [livro eletrônico]: do campo à mesa: volume 2. 1ed.IIDV: Instituto Internacional Despertando Vocações, 2020, v. 2, p. 138-152.
- BITTENCOURT, D. **Agricultura Familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação.** Correio Braziliense, Caderno Opinião, p. 13 - 13, 23 jan. 2018.
- BONDUKI, M. C. **Entre chicotes e cenouras orgânicas: cooperação, coerção e coordenação na implementação das compras da Agricultura Familiar para o PNAE.** Dissertação (Mestrado) – FGV. São Paulo: 2017.
- BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955: **Institui a companhia da Merenda Escolar.** Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955: **Institui a companhia da Merenda Escolar.** Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Lei 11.947, de 16 junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Brasília, 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 05 set 2022.

BRASIL. **Resolução no 465, de 2010. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE).** 2010. p. 1–8.

BRASIL. Ministério da Educação. **Balanço MEC 2019.** 2019. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/images/Balanco-MEC-2019.pdf>>. Acesso em: 09 out 2022.

BRITO, C. C. **Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 22, n. 72, maio/ago. p.173-192. 2017.

CANIELLO, M.; PIRAUT, M. **Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).** Congreso Internacional Gestión Territorial Para el Desarrollo Rural: Bogotá, 2015.

CARLESSO, G. J.; WINCK, C. A. **PNAE e suas contribuições ao cooperativismo do alto vale do peixe – Santa Catarina.** Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC). 2022. Acesso em: 10 de maio. 2023.

CALASANS, F. V. M.; SANTOS, S. M. C. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desenvolvimento de um protocolo de indicadores.** Revista Segurança Alimentar e Nutricional, v. XX, p. 24-40, 2013.

CHIESA, G. V.; NASCIMENTO, S. G. S.; ÁVILA, M. R.; MINARDI, C. F. **Agricultura familiar e alimentação escolar: estruturação e implementação do PNAE no município de São Gabriel- RS.** Gestão e Desenvolvimento em Revista V. 6, N. 2, jul-dez/2020, p. 03-19.

CUNHA ARAÚJO, L.; MAGALHÃES ARAÚJO, L. **Decreto 8.163/2013 e suas contribuições para o cooperativismo solidário como alternativa para a superação das migrações femininas nos assentamentos rurais da Região Do Sisal.** Revista Jurídica da UEFS. v. 1 n. 1. 2016

DEGGERONE, Z.A; CENCI, D. **Trabalho e educação: a qualificação de agricultores familiares por meio do Pronatec Campo.** In: DAVID, C., and CANCELIER, J.W., eds. Reflexões e práticas na formação de educadores [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 165-181

DELGADO, G. C. **Agricultura Familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EMBRAPA. **Território Sisal.** 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-sisal/carcateristicas-do-territorio>. Acesso em 10 de jan. 2023.

FERREIRA, E.; SIMÕES, P. **Economia solidária e comercialização institucional: O caso da UAC no município de Valente-Bahia.** Revista dos Estudantes de Públcas. v2 n. 1. p.7-25. 2017.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Da Educação. (2018). **Relatório de Gestão 2017.** Brasília: FNDE, 2018.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2022). **Dados da Agricultura Familiar.** Brasília: FNDE, 2022. Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 05 set 2022.

FREITAS JÚNIOR, S. de P; JÁCOME, T. G. M.; BERILLI, A. P. C. G; NICÁCIO, F. PINHEIRO, C. C.; SANTOS, M. das D. A dos S. **Tecnologia Social Em busca do Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar: Um estudo de Caso Sobre as Casas de Sementes Comunitárias no Município de Crato.** Revista IFES Ciências. Volume 7, n°3. 2021, p. 01-26.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.175.

GOMES, K. A. S.; LUNAS, Divina Aparecida Leonel. **Acesso ao programa nacional de alimentação escolar - PNAE nos municípios do território rural do Sudoeste - Foco na subsecretaria de educação regional de rio verde.** In: V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG: Ciência para redução de desigualdades, 2018, Pirenópolis. V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG: Ciência para redução de desigualdades. Anápolis: Editora Universidade Estadual de Goiás, 2018. v. 5. p. 1-9.

GREGOLIN, G. C.; GREGOLIN, M. R. P.; TRICHES, R. M.; ZONIN, W. J. **Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.** Revista Perspectiva (Online), v. 42, p. 45-57, 2018.

GUILHOTO, J. J. M; ICHIHARA, S. M; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R; MOREIRA, G., G. R. C. **A importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus estados.** In: XXXVI Encontro Nacional de Economia - ANPEC, Recife: 2007.

IBGE – Instituto Brasileira do Geografia e Estatística/Banco de Tabelas Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 05 set 2022.

IBGE/SIDRA – Instituto Brasileira do Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/lamarao.html>> Acesso em: 05 set 2022.

INCRA. **Módulo Fiscal**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>> Acesso em: 05 set 2022.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

LIMA, L. O.; MEDEIROS, M. B.; SILVA, M. J. R. **Identificação das dificuldades de acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares no nordeste brasileiro**. Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 7, n. 2, p.06-025, 2019.

MALAGUTI, J. M. A. **Programa nacional de alimentação escolar - PNAE e os desafios na inclusão dos produtos da Agricultura Familiar na merenda escolar de Itapecerica da Serra-SP**. Dissertação (mestrado em gestão de políticas e administração pública) - Universidade Federal de São Paulo. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MARTINS, S. M. B.; SOARES, J. V. O.; FERREIRA, D. C. **Na Trilha da Gestão Social da Res Pública: a experiência do armazém da agricultura familiar e da economia solidária no território do Sisal/Bahia**. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, v. 1, p. 112-125, 2017.

MATTEI, L. **O papel e a importância da Agricultura Familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste, v. 45, p. 71-79, 2014.

NASCIMENTO, L. R. C. **Agricultura Familiar, tecnologia e mercado**. In: Lindomar de Jesus de Souza Silva, José Olenilson Costa Pinheiro e Aleksander westphal Muniz. (Org.). Agricultura Familiar, tecnologia e mercado. 1ºed. Manaus: Embrapa Amazônia: EMBRAPA, 2019, v. 1, p. 47-54.

PANZUTTI, N.; MONTEIRO, A. V. **Agricultura familiar e políticas públicas**. Cadernos Ceru v. 25, n. 2, 2015.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. 01. ed. Santa Maria - RS: NTE/UFSM, 2019. v. 01. 115p.

QUIQUI, E.; BRITO, C. R.; ALMEIDA, G. **A agroecologia como prática do saber**. II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: Entre teoria e prática, articulações e resistências. Salvador: 2017.

SANTOS, A. C. E.. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: Avanços e Desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Município de Serrinha/BA. Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2014.

SANTOS, C. P.; SILVA, N. POLÍTICAS EDUCATIVAS E DIREITOS DE CIDADANIA: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cruz das Almas: UFRB, 2021.

SANTOS, K. F. S. O programa “uma terra e duas águas – p1+2” como instrumento político- pedagógico e social na promoção da segurança alimentar e nutricional. Revista Macambira, v. 1, n. 1, p 84. 2017

SAMPAIO, V. S. Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea. In: XIII EGAL, 2011, San Jose - Costa Rica. XIII Encuentro de Geógrafos de America latina, 2011.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. G. Uma abordagem sobre Agricultura Familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970. Revista geografar (UFPR), v. 5, p. 25-45, 2010.

SCHNEIDER, S. Teoria social, Agricultura Familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da Agricultura Familiar. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 18 Nº. 51. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SEMINOTTI, J. J. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Revista Latino-Americana de Relações Internacionais. Rio Grande v. 3, n. 3 p. 110-127 Set-dez 2021.

SILVA, F. P. M. Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.394>

SILVA, F. M. Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) e a Promoção do Desenvolvimento Regional: o Caso de São Luis do Paraitinga-SP. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2014.

SILVA, M. G.; MINÁ DIAS, M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Revista de economia e sociologia rural, v. 53, p. 289-304, 2015.

SILVA, M. C. O.; DIAS, A. B.; OLIVEIRA, I. F. Desigualdade rural: uma análise da equidade de gênero no município de Conceição do Coité. In: X Feirado Semiárido Diálogos entre o campo e a cidade e os desafios para os territórios, 2016, Feira de Santana. Anais da X Feira do Semiárido Diálogos entre o campo e a cidade e os desafios para os territórios. Feira de Santana: UEFS, 2016. p. 1-5.

SILVA, M. C. O.; DIAS, A. B.; OLIVEIRA, I. F. Acesso às políticas públicas por mulheres trabalhadoras rurais do município de Retirolândia-Ba. In: XXI Seminário de Iniciação Científica, 2017. XXI Seminário de Iniciação Científica, 2017.

SOUZA, E. M. O. Tecnologia social: uma análise do pais como Instrumento de incremento para o desenvolvimento Rural sustentável no estado da BAHIA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2014.

SPINELLI, M. A. S.; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). Revista de Nutrição. v. 15, p. 105-117, 2002.

TRICHES, R. M.; SILVESTRI, F. Adequação das Chamadas Públicas para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO, v. 16, p. 233-259, 2018.

VELLOSO, T. R. Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia. Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe. 2013

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. Estudos Sociedades e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.